

## **A lei 10.639/2003 na formação de professoras/es: uma reflexão sob o olhar de docentes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da UFMT/CUA<sup>1</sup>**

### **The federal law 10.639/2003 teacher training: a reflection from the perspective of teachers of the biological sciences course at UFMT/CUA**

**Shirlyjaine da Silva Francisco Ribeiro**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
shirlyribeiro.sr@gmail.com

**Ayane de Souza Paiva**

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)  
ayane.paiva@ufmt.br

#### **Resumo**

A lei 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade da abordagem da História Afro-brasileira e Africana em todo o currículo escolar da educação básica, requerendo assim, adequação nos cursos de licenciatura. A execução desta legislação também depende do comprometimento das/os docentes, a fim de efetivar sua implementação. Assim, este trabalho objetivou analisar, através do olhar das/os docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFMT/CUA, percepções acerca da Lei 10.639/2003 na formação de professoras/es de ciências e biologia. Para tal, utilizamos um questionário on-line como ferramenta de pesquisa. Os dados foram tratados por meio do método de Análise de Conteúdos (AC). Os resultados do estudo nos indicam que, apesar de a maioria das/os docentes participantes ter relatado não se sentir preparadas/os para abordar a temática em sala de aula, demonstraram, em suas respostas, interesse em aprender sobre, evidenciando a necessidade de uma formação continuada.

**Palavras chave:** Lei 10.639/2003; formação de professores; ciências biológicas.

#### **Abstract**

The federal law 10.639/2003 establishes the mandatory approach of Afro-Brazilian and African History throughout the school curriculum of basic education, thus requiring adequacy in licentiate courses. The execution of this legislation also depends on the commitment of the



professors, in order to effect its implementation. Thus, this study aimed to analyze, through the eyes of teachers of the Licenciante in Biological Sciences at UFMT/CUA, perceptions about the Law 10.639/2003 in the training of science and biology teachers. For that, we used an online questionnaire as a research tool. The data were treated using the Content Analysis (CA) method. The results of the study indicate that although most of the participating teachers reported not feeling prepared to address the issue in the classroom, they showed, in their answers, an interest in learning about it, evidencing the need for continuous training.

**Key words:** Federal Law 10.639/2003; teacher training; biological sciences.

## Introdução

O racismo é uma problemática social real e crescente. No cenário nacional, se caracteriza em sua ação velada, perpetuando-se nas relações de poder, na oportunização de emprego, no acesso à educação, saúde e segurança (GUIMARÃES, 1995). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, com suas modificações realizadas através da lei 10.639/2003, confere à educação escolar o dever de abordar a temática da História Afro-brasileira e Africana em todo o currículo do ensino básico (BRASIL, 2003), representando a esperança de que – como ansiava Paulo Freire – possamos educar pessoas capazes de perceber e mudar realidades desiguais e não equitativas (FREIRE, 2014).

Para fins orientativos, o Conselho Nacional da Educação (CNE) publicou o parecer CNE/CP nº 003/2004, em que se especifica a necessidade de inclusão da temática da História Afro-brasileira e Africana na educação superior, em especial em cursos de Licenciatura e em cursos de formação continuada (BRASIL, 2004).

Estas medidas legislativas fomentaram o acréscimo de formações na temática da educação para as relações étnico-raciais nos programas de pós-graduação no país (REIS, 2021), contudo, são poucas as instituições de ensino superior que realizam de fato ações qualitativas para a formação de professores qualificados para abordar a temática (NEGREIROS, 2017).

O caráter impositivo desta legislação resulta em certa resistência por parte das/os docentes em executá-la e promove diversas discussões, o que afeta também o seu processo de implementação (SANTOS, 2010). Além disto, o não comprometimento das/os profissionais do ensino superior com a educação para as relações étnico-raciais mostra-se um dos impedimentos para a aplicação desta lei (SILVA, 2018).

Segundo Junior (2008), para que ocorra a abordagem da educação antirracista no ensino de ciências é necessário o esforço das/os professoras/es e pesquisadoras/es da área em busca de informações. Complementário a isto, Verrangia (2013) indica que, para que esta abordagem seja feita de maneira efetiva, é importante que se compreenda o processo educativo vivido pelas/os professoras/es, pois só é possível construir junto aos estudantes estratégias para o combate ao racismo quando estas/es mesmas/os docentes educam-se para viver essas relações étnico-raciais.

O curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA), é gerido por um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) implementado no ano de 2009 e, no momento de realização desta pesquisa, é atendido por um grupo de 19 docentes. Atualmente, o Núcleo de Docentes Estruturante (NDE) discute o desenvolvimento e a implementação de um novo PPC, em fase de finalização, em que há o acréscimo da temática das relações étnico-raciais na grade curricular.

Neste cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar, através do olhar das/os docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFMT/CUA, percepções acerca da Lei 10.639/2003 na formação de professoras/es de ciências e biologia.

## Metodologia

Esta pesquisa é um estudo de caráter qualitativo (NEVES, 1996; POUPART, 2008) e foi realizada por meio de uma ferramenta de pesquisa *on-line*, considerando as orientações de distanciamento social em função da pandemia por COVID-19. Assim, foi aplicado um questionário simplificado construído pela ferramenta “Formulário do Google”, disponibilizada pela plataforma GOOGLE®, que permite a criação e o compartilhamento de formulários em tempo real, sendo uma ferramenta de considerável potencial em pesquisas acadêmicas realizadas à distância (CALOMARGO, 2018; ANDRES *et al.*, 2020).

Em conformidade com as normativas da Resolução CNS n° 466/2012 e com as normativas da resolução CNS n° 510/2016, disponibilizamos aos participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido no início do questionário, o qual apresentava o caráter voluntário da pesquisa e nosso comprometimento em garantir o anonimato e o não acarretamento de quaisquer prejuízos aos partícipes.

No que se refere a este trabalho, foram aplicadas 06 perguntas - 04 do tipo fechadas e 02 do tipo abertas, objetivando maior liberdade de resposta e disposição dos dados (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2012). Foi questionado se as/os docentes participantes conheciam a Lei 10.639/2003 e por qual meio tomaram conhecimento dela, se se sentem preparadas/os em relação a suas formações acadêmicas para abordar esta temática em sala de aula e porquê e, por fim, se sentem receio em abordar esta temática em sala de aula e quais as razões.

Os dados foram analisados a partir dos princípios da Análise de Conteúdo (AC) organizado por Bardin (2011), método de categorização dividido em três etapas: (1) pré-análise: organização e leitura flutuante do material, (2) categorização prévia: identificação de ideias e termos conforme sua frequências, congruências e contribuições e (3) interpretação crítica e descrição do material: leitura crítica e descrição analítica das categorias.

As respostas textuais longas constituintes das justificativas e sugestões foram organizadas em subgrupos sequenciados alfabeticamente, também de acordo com os princípios da AC, conforme Bardin (2011).

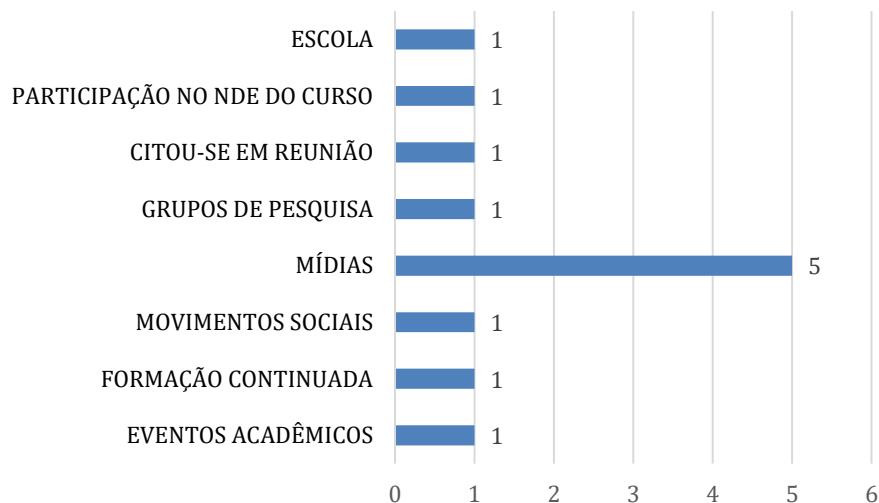
## Resultados e discussões

Participaram deste estudo 16 professoras/es de forma voluntária e anônima, através do preenchimento do questionário disponibilizado, o que representa 84,21% do total de docentes do curso. Com base nos questionamentos desta pesquisa e no método de categorização de AC, organizamos os resultados em uma única categoria: O docente universitário de L. em ciências Biológicas na aplicação da lei n° 10.639/2003, a qual discutimos abaixo.

Os resultados nos indicam que que 56% (N=09) das/os professoras/es participantes da pesquisa conheciam a Lei 10.639/2003 e 55,6% (N=05) destes indicaram ter obtido conhecimento desta lei pelas mídias sociais (Figura 1).

**Figura 1:** Respostas à pergunta: Caso a resposta à questão anterior seja sim, por qual meio você tomou conhecimento desta lei?





Fonte: elaborado pelas autoras.

Considerando que este ano se cumpre duas décadas da data da implementação da lei 10.639/2003, não sendo possível tratá-la como recente, a falta de conhecimento sobre ela é um dado sintomático no curso. Este dado se torna ainda mais alarmante em contraste com o aumento significativo de discussões científicas sobre o ensino de ciências antirracista no meio acadêmico (VERRANGIA, 2014) e também em comparação com as crescentes discussões acerca da importância das relações étnico-raciais no ensino superior promovidas, por exemplo, pelo próprio Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (NEPRE/UFMT), Campus Cuiabá (OLIVEIRA, 2021), mesma universidade em que foi realizado este estudo.

O desvinculo das ciências biológicas com as problemáticas do cotidiano social, em especial das questões relacionadas ao racismo, não é algo novo. É notável o estado de silenciamento que se encontra o ensino de ciências e biologia quando se trata das relações étnico-raciais, fato também observado por Fernandes (2015), Storti e Sanchez (2019) e Santos (2020).

Em relação à visão das/os docentes sobre o preparo de sua formação para a abordagem do tema, como indicado pelas/os entrevistadas/os, 69% (N=11) não se sentem preparadas/os em relação à sua formação para abordar a temática de relações étnico-raciais em suas disciplinas pois: (a) sua formação formal não abrangeu este assunto, (b) não teve acesso à cursos de formação para a abordagem em sala de aula e (c) há conflito com sua visão sobre a temática. Contudo, 31% (N=05) das/os docentes se sentem preparadas/os em relação a sua formação para abordar esta temática em sala de aula, e se sentem preparadas/os já que, como especificaram em suas respostas: (a) sua vivência em movimentos sociais organizados permite que reconheça seu papel como docente na luta antirracista, (b) já trabalhava este tema em sala de aula anteriormente, (c) acredita que é possível se preparar e aprender sobre para abordar a temática e (d) considera que toda vida humana é digna de respeito e pertencimento.

Esses dados indicam uma fragilidade formativa no que se refere ao tema das relações étnico-raciais, já que 69% das/os docentes referem ausência de formação, seja ela acadêmica ou de outro cunho. Contudo, para além do arcabouço epistemológico, Verrangia (2016) mostra que a formação de professoras/es é uma construção contínua, especialmente quando se trata de questões étnico-raciais, pois envolve a partilha de vivências e a reflexão sobre elas, processo este que se estende, modifica-se e perdura também durante o exercício da profissão. Portanto,

além da necessidade de implementação de formações continuadas na temática, é preciso oportunizar o compartilhamento de experiências, conhecimentos e concepções no ambiente acadêmico.

Outro fator interessante somado aos pontos indicados anteriormente que levam ao sentimento de despreparo das/os docentes, é citado em uma das respostas:

“Pensando estritamente na minha linha de atuação, raças humanas não existem. Eu confesso ter uma certa preocupação no que identifico como identitarismo da discussão étnico-racial.” Resposta Anônima, n° 04.

A/o professora/o, em sua resposta, não especifica o que identifica conceitualmente como “identitarismo da discussão étnico-racial”, embora demonstre preocupação quanto a isto. Aqui, em concordância com Haider (2019) e Fernandes (2020), entendemos o identitarismo, ou política identitária, como movimento de luta social pautado centralmente nas opressões sofridas pelas identidades de um grupo social, como o movimento negro, o movimento feminista ou o movimento comunidade lésbica, gay, bissexual, transgênero e queer (LGBTQIA+).

Entretanto, apropriado pela ideologia liberal, o termo é utilizado na tentativa de transformar estas identidades em mercadorias e, em termos de crítica, taxa a luta antiopressão como vitimista, esvaziando o debate sobre identidades, reduzindo-as a um diálogo sem fundamento e sem compromisso com a emancipação plena. Neste sentido, entendemos que é necessário que as discussões sobre o papel da educação antirracista como ferramenta emancipadora seja incentivado.

A resposta anônima n° 04 também carrega uma concepção separatista da ciência e o contexto sociocultural, separação esta que ainda é muito presente no meio acadêmico. Apresenta uma distorção conceitual entre raça, etnia e biologia e uma dissociação entre a biologia e as problemáticas encontradas na realidade social – aqui especificamente o racismo. Esta convicção conceitual é um dos empecilhos encontrados nas discussões das relações étnico-raciais no campo de ensino das ciências biológicas, fazendo-se necessário o aprofundamento de discussões de cunho social, objetivando a promoção de um ensino comprometido com a formação crítica, o que inevitavelmente não só engloba a educação das relações étnico-raciais, como outras temáticas de demandas sociais (SPEROTTO, 2016).

Acerca da abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula na formação de professoras/es, 81% (N=13) das/os professoras/es não tem receio de abordar a temática dentro de sala de aula, já que consideram que: (a) é um tema transversal, (b) com preparação adequada é possível abordar a temática e (c) é necessário e importante para a luta contra o racismo e a discriminação. Do total de docentes, 19% (N=03) indicaram se sentirem receosos em abordar a temática, pois: (a) não estão preparados/as teoricamente para abordar a temática, (b) têm receio de serem mal interpretados/as ou causarem polêmica com grupos extremistas e (c) a disciplina que ministra não tem relação com a temática.

É interessante a relação entre as respostas obtidas quando se questiona se as/os professoras/es se sentem preparadas/os para abordar a temática e quando se questiona se sentem receio em abordar a temática. Mesmo que a maioria não se sinta preparada/o para aplicar a temática dentro de sala de aula, grande parte das/os entrevistados/as (n=13) não sente receio de trabalhar as relações étnico-raciais, demonstrando, inclusive, vontade e disposição para aprender sobre, além de sinalizarem que compreendem o tema como importante nessa formação. Santos e colaboradoras/es (2014), ao decorrer de seu trabalho notaram que mesmo que haja à disposição uma formação extensionista objetivando o preparo para a aplicação da lei 10.639/2003, os/as

professoras/es demonstraram desinteresse e resistência para o estudo da temática. No entanto, neste estudo, o interesse em aprender sobre a temática identificado nas respostas das/os professoras/es entrevistados/as, é um importante fomentador para o sucesso da aplicação desta legislação e reitera a necessidade de uma formação continuada de qualidade.

Esta disposição e compreensão é um alento e alimenta a esperança de que, enquanto as instituições de ensino públicas se mantiverem e a Constituição Federal for respeitada, esta temática poderá continuar sendo debatida na academia, apesar das dificuldades enfrentadas na atual conjuntura sociopolítica do país, como salientam Fagundes e Cardoso (2019), ao analisarem a aplicação da lei nº 10.639/2003 e a educação das relações étnico-raciais no currículo escolar no presente contexto político.

## Conclusões

Este estudo objetivou analisar, através do olhar das/os docentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFMT/CUA, percepções acerca da Lei 10.639/2003 na formação de professoras/es de ciências e biologia. Identificamos que apesar de grande parte dos/as docentes do curso não se sentirem preparados/as em relação à sua formação para abordar as relações étnico-raciais em suas disciplinas, a maioria deles/as também não sente receio em abordar a temática caso haja formação adequada para isto, o que pode representar uma disposição em aprender e se posicionar para a promoção de uma educação antirracista.

Nesse sentido, é evidente a necessidade de uma formação continuada sobre a temática, que permita o desenvolvimento de mais pesquisas e vivências para as relações étnico-raciais, objetivando o desenvolvimento de uma educação crítica antirracista no ensino superior.

Com os resultados desta pesquisa, nos questionamos quais seriam as estratégias e medidas adequadas para a implementação efetiva do proposto nesta legislação na formação de professoras/es de ciências e biologia e se há influências e/ou efeitos desta abordagem no trabalho docente das/os egressas/os do curso no ensino básico. Tendo como premissas esses questionamentos, pretendemos continuar este estudo.

## Referências

ANDRES, F. DA C. et al. A utilização da plataforma Google Forms em pesquisa acadêmica: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e284997174, 17 ago. 2020. Disponível em: < [https://redib.org/Record/oai\\_articulo3004941-a-utiliza%C3%A7%C3%A3o-da-plataforma-google-forms-em-pesquisa-acad%C3%AAmica-relato-de-experi%C3%AAncia](https://redib.org/Record/oai_articulo3004941-a-utiliza%C3%A7%C3%A3o-da-plataforma-google-forms-em-pesquisa-acad%C3%AAmica-relato-de-experi%C3%AAncia) > Acesso em: 30 de maio de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, Lei 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) . > Acesso em: 20 de abril de 2022.





CARLOMAGNO, M. C. Conduzindo pesquisas com questionários online: uma introdução às questões metodológicas. **IBPAD: Estudando Cultura e Comunicação com mídias sociais**. V. 2. p. 31. Disponível em: < <https://ibpad.com.br/publicacoes/estudando-cultura-e-comunicacao-com-midias-sociais-2/> > Acesso em: 30 de maio de 2022.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, p. 251–266, 2012. Disponível em: < [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia\\_artigos/pesquisa\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf) > Acesso em: 30 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 003, de 10 de março de 2004a. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf) > Acesso em: 30 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde (Brasil). Resolução n o 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> > Acesso em: 28 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde (Brasil). Resolução n° 510, de 07 de abril de 2016. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> > Acesso em: 30 de jun. 2022.

FAGUNDES, Heldina Pereira Pinto; CARDOSO, Bert a Leni Costa. Quinze anos de implementação da lei 10.639/2003: desafios e tensões no contexto da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 9, N° 3, p. 59 -86, JUL/SET 2019. Disponível em: < <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/918/476> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

FERNANDES, Kelly Meneses. Biologia, educação das relações étnico-raciais e inversão epistemológica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 1 N. 2 – p. 311 – 323, jun - set 2015. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/16194/13420> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. Ed. PLANETA DO BRASIL LTDA. São Paulo, 192 p., 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo E Anti-Racismo. **Novos estudos**, v. No 43, p. 26–44, 1995. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod\\_resource/content/1/ASG\\_racismo\\_e\\_anti\\_racismo\\_NE%2043\\_1995.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf) > Acesso em: 30 de maio de 2022.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**. Ed. Veneta, São Paulo, 2019.

JUNIOR, Wilmo Ernesto Francisco. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis

do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 14, p. 397-416, 2008. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/PyFjT66TFDL7jSNfpWCgMGw/abstract/?lang=pt> > Acesso em: 17 de Setembro de 2022.

NEGREIROS, D.F. **Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, 172 p. ISBN: 978-85-68576-94-6. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/jvcnv/pdf/negreiros-9788568576946.pdf> > Acesso em: 30 de maio de 2022.

NEVES, J. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração São Paulo**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <  
[https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf) > Acesso em: 30 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Iolanda de. Construindo a universidade que queremos. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-15, jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v30ijan/dez>. Disponível em: <  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11854> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

POUPART, J. et al. **A PESQUISA QUALITATIVA Enfoques epistemológicos e metodológicos**. São Paulo, SP, Brasil: Editora Vozes Petrópolis, 2008.

REIS, R. M. O. D. R. **Caminhos para uma educação antirracista**. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós Graduação em Ensino de História da África. COLÉGIO PEDRO II, 2021. Disponível em: <  
<http://www.cp2.g12.br/blog/propgpec/files/2020/12/RAYSAREIS2021TCC.pdf> > Acesso em: 30 de maio de 2022.

SANTOS, Felipe Ramon. **Silêncio na formação e o reflexo na sala de aula: por onde andam as questões raciais na construção do futuro professor de ciências e biologia?**. Trabalho de Conclusão de Curso (Universidade Federal do Ceará - Centro de Ciências - Departamento de Biologia), FORTALEZA, 2020. Disponível em: <  
[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59438/3/2020\\_tcc\\_frsantos.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59438/3/2020_tcc_frsantos.pdf) > Acesso em: 01 de junho de 2022.

SANTOS, Marília Da Silva et. al. A importância da formação docente para o cumprimento da lei 10.639/03: curso de extensão educar para a diversidade. **Anais I CINTEDI (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO)**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. ISSN: 2359-2915 Disponível em: <  
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8387> >. Acesso em: 01 de junho de 2022.

SANTOS, Rosemeire dos. A Lei nº 10.639/03: entre práticas e políticas curriculares. **História & Ensino**, Londrina, v.16, n.1, p.41-59, 2010. Disponível em: <  
<https://biblat.unam.mx/pt/revista/historia-ensino-londrina/articulo/a-lei-n-1063903-entre-praticas-e-politicas-curriculares> > Acesso em: 10 de novembro de 2022.





SILVA, Glênio Oliveira da. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL 10.639/2003 NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: AVANÇOS E LIMITES. **Anais eletrônicos: X Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – X COPENE**. 17 pg. 2018. Disponível em: < [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1526347443\\_ARQUIVO\\_textocompletoglenio.pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1526347443_ARQUIVO_textocompletoglenio.pdf) > Acesso em: 01 de junho de 2022.

SPEROTTO, Patrícia Steiner. **Lei 10.639/2003, educação das relações étnico-raciais e ensino de biologia: o que fazem os professores?** Trabalho de conclusão de graduação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Biociências. Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura.), 2016. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/170074> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

STORTTI, Marcelo Aranda; SANCHEZ, Celso Pereira. Diálogos entre a Formação Inicial Docente em Biologia e a temática da Justiça, conflitos e Racismo Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 36, n. 2, p. 60 - 82, mai./ago. 2019. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8925> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

VERRANGIA, D. A formação de professores de ciências e biologia e os conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira. **Magis**, v. 6, n. 12, p. 105–117, 2013. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4774281> > Acesso em 05 de maio de 2022.

VERRANGIA, Douglas. Criações docentes e o papel do ensino de Ciências no Combate ao racismo e a discriminações. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 21 n. 1, p. 79 – 103, mar. 2016 / jun. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufocA/article/view/19657/10557> > Acesso em: 01 de junho de 2022.

VERRANGIA, Douglas. Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco. **INTERACÇÕES - EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**. NO. 31, PP. 2-27 (2014). Disponível em: < <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6368> > Acesso em: 31 de maio de 2022.